



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins** - PL/TO

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.345, DE 2023

Alteram-se as leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996 para dispor sobre o prazo prescricional da dissolução da união estável.

Autora: Deputada CAROLINE DE TONI

Relator: Deputado FILIPE MARTINS

I - RELATÓRIO

Busca a presente proposição alterar as leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996 para dispor sobre o prazo prescricional da dissolução da união estável.

Pelo seu novo texto para o § 2º do art. 206, do Código Civil, prescreverão em dois anos, não só a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem, como também o reconhecimento de dissolução de união estável para fins patrimoniais.

Altera, ainda, o art. 7º da lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, dispondo que dissolvida a união estável por vontade de uma das partes, começa a fluir o prazo de 2 (dois) anos para pleitear reconhecimento da dissolução do vínculo, sob pena de prescrição.

Apresentação: 05/12/2024 12:47:30.390 - CPASF
PRL 3 CPASF => PL 1345/2023

PRL n.3



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 517 | CEP 70160-900 - Brasília/DF | Tel (61) 3215-5517
Tocantins: Whatsapp: (61) 99353-3325 - Whatsapp: (63) 98416-3060

Redes Sociais: @filipemartinsto - Site: www.filipemartinsto.com.br - E-mail: contato@filipemartinsto.com.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Martins



O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

No mérito, é nossa opinião que a proposição merece prosperar.

O instituto da união estável está previsto no § 3º do art. 226 da Constituição Federal, sendo considerado como família para fins de proteção do Estado.

Todavia, a legislação que regulamenta o dispositivo constitucional, Lei nº 9.278, de 1996, possui uma lacuna jurídica, visto que não dispôs sobre o prazo prescricional da relação quando dissolvida, o que compromete a segurança jurídica acerca dos efeitos da união.

Isso porque, o art. 5º da lei nº 9.278, de 1996, determina que os bens adquiridos na constância do relacionamento são comuns. Como a lei que cria o instituto não estabelece um marco temporal para a divisão após a dissolução da união, deixa a situação a mercê da regra geral do art. 206 do Código Civil.

Tal situação pode gerar uma série de problemas para as partes, e ainda, para terceiros. Por exemplo, se um dos conviventes se casar ou estabelecer uma nova união estável, a chance de confusão patrimonial ou até mesmo a perda de bens é altíssima. Assim, tanto o que requer o cumprimento do direito, quanto o requerido, poderão não atingir o que seria justo em razão de mudanças circunstanciais.

Então, pelas razões expostas, urge fixar um prazo fixo, a fim de que haja segurança jurídica e que o direito de ambas as partes seja preservado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins - PL/TO**

Por oportuno, constatamos que o Art. 1º do Projeto de Lei carece de singelo ajuste, uma vez que a nobre autora não citou expressamente a lei que pretende alterar. Por isso, apresento emenda a fim de aperfeiçoar este meritório projeto.

Assim, apresento meu voto pela aprovação deste Projeto de Lei nº 1.345, de 2023, com emenda.

Sala da Comissão, em de de 2024.

FILIPPE MARTINS
Relator

Apresentação: 05/12/2024 12:47:30.390 - CPASF
PRL 3 CPASF => PL 1345/2023

PRL n.3





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins** - PL/TO

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI Nº 1.345, DE 2023.

Alteram-se as leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996 para dispor sobre o prazo prescricional da dissolução da união estável.

EMENDA Nº

Dê-se ao ao Art. 1º do Projeto de Lei a seguinte redação:

"Art. 1º. O § 2º do art. 206, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos respectivos incisos I e II:

Art. 206.....

§ 2º Em dois anos:

I - A pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

II – O reconhecimento de dissolução de união estável, para fins patrimoniais.

....." (NR)

Sala da Comissão, em de de 2024.

FILIPPE MARTINS
Relator

